

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações intermediárias

Em 31 de março de 2018

Índice

Relatório de Revisão do Auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias	3
Demonstrações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias do período de três meses findo em 31 de março de 2018	12

Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BRVias Holding VRD S.A.
São Paulo – São Paulo

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias da BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”), individual e consolidada, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de demonstrações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de demonstrações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações intermediárias acima referidas não foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) aplicáveis à elaboração de demonstrações intermediárias e apresentadas de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis intermediárias, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 10.752 mil durante o período de três meses findo em 31 de março de 2018 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia e sua controlada excedeu o ativo circulante em R\$ 198.305 mil e R\$ 800.183 mil, na controladora e no consolidado, respectivamente, substancialmente pela reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 76.147 mil e R\$ 485.060 mil, na controladora e no consolidado, respectivamente, ensejado pelo descumprimento de cláusulas contratuais (“*covenants*”) em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como divulga as ações que estão sendo implementadas pela Companhia para a reversão desse cenário. A continuidade operacional da Companhia e sua controlada depende da capacidade da Administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Conforme apresentado na referida nota explicativa, esses eventos ou condições, associados ao fato da Administração da Companhia e sua controlada estar negociando com as instituições financeiras e com os debenturistas o alongamento das dívidas vincendas e as alterações das cláusulas de *covenants* financeiros, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e trimestre anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e ao trimestre findo em 31 de março de 2017, apresentados para fins de comparação, foram respectivamente auditados e revisados por outro auditor independente, cujo relatórios, respectivamente, sobre a auditoria e revisão foram emitidos em 29 de março de 2018 e 12 de maio de 2017, ambos sem modificações e com parágrafo de incerteza similar ao mencionado neste relatório de revisão.

Ribeirão Preto, 27 de abril de 2018



Maria A Regina C Abdo
CT CRC 1SP-223.177/O-0



Marcelo Castro Valentini
CT CRC 1SP -239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O

BRVias Holding VRD S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

ATIVO					
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	137	1.381	7.138	2.852
Aplicações financeiras	7	-	-	65.422	66.616
Contas a receber	8	-	-	11.443	13.515
Despesas pagas antecipadamente		-	-	202	250
Adiantamento a fornecedores		-	-	1.726	794
Outros créditos		32	32	2.906	2.850
Total do ativo circulante		169	1.413	88.837	86.877
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais		-	-	1.523	1.522
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	-	-	20.286	19.956
Investimentos	10	331.224	330.596	-	-
Imobilizado	11	-	-	5.352	5.583
Intangível	12	-	-	951.538	957.082
Total do ativo não circulante		331.224	330.596	978.699	984.143
Total do ativo		331.393	332.009	1.067.536	1.071.020

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	41.296	40.644	216.589	230.110
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	72.900	67.300	72.900	67.300
Debêntures	14	83.274	79.403	536.341	519.482
Fornecedores	15	-	-	39.338	39.073
Obrigações tributárias		2	-	2.714	2.956
Obrigações sociais		-	-	5.455	5.236
Outras contas a pagar		936	925	211	151
Dividendos a pagar	9	66	66	66	66
Provisão para manutenção	16	-	-	15.406	16.075
Total do passivo circulante		198.474	188.338	889.020	880.449
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	13.636	16.364
Provisão para manutenção	16	-	-	30.830	29.418
Provisão para contingências	18	-	-	1.131	1.118
Total do passivo não circulante		-	-	45.597	46.900
Patrimônio líquido					
Capital social	19	237.470	237.470	237.470	237.470
Reserva de capital		25.461	25.461	25.461	25.461
Prejuízos acumulados		(130.012)	(119.260)	(130.012)	(119.260)
Total do patrimônio líquido		132.919	143.671	132.919	143.671
Total do passivo		198.474	188.338	934.617	927.349
Total do passivo e patrimônio líquido		331.393	332.009	1.067.536	1.071.020

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações de resultados Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receita operacional líquida	20	-	-	47.534	46.649
Custo dos serviços prestados	21	-	-	(25.060)	(24.207)
Custo de construção	21	-	-	(2.879)	(4.691)
Lucro bruto		-	-	19.595	17.751
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	21	(136)	(144)	(3.122)	(2.165)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(136)	(144)	16.473	15.586
Receita financeira	22	-	-	778	355
Despesa financeira	22	(8.643)	(4.989)	(28.112)	(23.659)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(8.643)	(4.989)	(27.334)	(23.304)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial		(1.973)	(2.255)	-	-
Resultado antes dos impostos		(10.752)	(7.388)	(10.861)	(7.718)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(221)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	330	330
Lucro / (prejuízo) do exercício		<u>(10.752)</u>	<u>(7.388)</u>	<u>(10.752)</u>	<u>(7.388)</u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação em Reais - R\$		<u>(0,03094)</u>	<u>(0,02957)</u>	<u>(0,03094)</u>	<u>(0,02957)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Lucro (prejuízo) do exercício	(10.752)	(7.388)	(10.752)	(7.388)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultado abrangente do período	(10.752)	(7.388)	(10.752)	(7.388)

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital integralizar	Capital integralizado	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	237.470	-	-	25.461	(158.315)	104.616
Prejuízo do trimestre	-	-	-	-	(7.388)	(7.388)
Saldos em 31 de março de 2017	<u>237.470</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.461</u>	<u>(165.703)</u>	<u>97.228</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2018	347.470	(110.000)	237.470	25.461	(119.260)	143.671
Prejuízo do trimestre	-	-	-	-	(10.752)	(10.752)
Saldos em 31 de março de 2018	<u>347.470</u>	<u>(110.000)</u>	<u>237.470</u>	<u>25.461</u>	<u>(130.012)</u>	<u>132.919</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Prejuízo do trimestre	(10.752)	(7.388)	(10.752)	(7.388)
Ajustes para:				
Depreciação	-	-	476	463
Amortização	-	-	8.425	4.899
Baixa do intangível	-	-	2	86
Provisão para manutenção	-	-	3.710	4.008
(Reversão) constituição da provisão para demandas judiciais	-	-	13	(267)
Resultado de equivalência patrimonial	1.973	2.255	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	8.640	4.989	26.423	17.652
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(330)	(329)
	(139)	(144)	27.967	19.124
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber	-	-	2.072	1.008
Despesas pagas antecipadamente	-	-	48	(248)
Outros créditos	-	-	(997)	(1.753)
Aumento (redução) no passivo:				
Fornecedores	-	-	265	(4.655)
Passivo fiscal corrente	-	-	(23)	(528)
Obrigações sociais	-	-	219	191
Contas a pagar	11	15	69	619
Realização de provisão para manutenção	-	-	(2.967)	(2.802)
Impostos pagos sobre o lucro	-	-	(221)	-
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures pagos	(215)	-	(7.072)	(10.678)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(343)	(129)	19.360	278
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	-	-	(20.660)	(26.627)
Resgate das aplicações	-	-	21.854	30.095
Aumento de capital em controlada	-	(11.350)	-	-
Adiantamento para futuro controlada	(2.600)	-	(2.600)	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(247)	(42)
Adição do intangível	-	-	(2.881)	(4.777)
Fluxo de caixa decorrente das (usado nas) atividades de investimentos	(2.600)	(11.350)	(4.534)	(1.351)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	-	-	-	-
Captações de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	6.000	-	6.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.600	6.000	8.200	6.000
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(3.901)	-	(18.740)	(12.431)
Caixa líquido decorrente das (usado nas) atividades de financiamentos	1.699	12.000	(10.540)	(431)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.244)	521	4.286	(1.504)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.381	653	2.852	3.947
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	137	1.174	7.138	2.443

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Contexto operacional

A BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2007, com sede localizada na Rua Iguatemi, 448, 10º andar, sala D, Itaim Bibi - cidade de São Paulo - SP. Seu objeto social é exclusivamente a participação na ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A (“Controlada” ou “ViaRondon”).

A Companhia iniciou suas atividades em 10 de dezembro de 2010, onde todas as ações da ViaRondon que eram detidas pelas empresas Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A foram aportadas na BRVias Holding VRD S.A, passando esta a ser a única acionista da ViaRondon, sendo contabilizado o montante de R\$ 111.899 de investimento em contrapartida do aumento de capital social.

Plano Estratégico

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de março de 2018, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 10.752 (R\$ 7.388 em 2016 de prejuízo) e capital circulante líquido negativo de R\$ 198.305 (R\$ 186.925 em 2017) na controladora e R\$ 800.183 (R\$ 793.572 em 2017) no consolidado, principalmente pela reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 76.147 e R\$ 485.060 na controladora e consolidado, respectivamente, de debentures e R\$ 126.771 no consolidado de empréstimos e financiamentos, ensejado pelo descumprimento de cláusulas contratuais (“*covenants*”) em contratos de credores. A Administração entende ser improvável a decretação do vencimento antecipado de obrigações de longo prazo, uma vez que a Companhia se mantém adimplente com os pagamentos das obrigações financeiras. Dada a mecânica de preenchimento com os valores cobrados nas praças de pedágio das contas garantia e reserva aos credores, em valores acima do suficiente para fazer frente aos vencimentos das parcelas dos empréstimos e financiamentos, a Companhia entende como afastada a hipótese de vencimento antecipado.

A Companhia está adimplente com as obrigações financeiras junto aos credores, e para fazer frente a suas obrigações contratuais a Companhia conta com o suporte dos acionistas por meio de aporte de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 72.900 (R\$ 67.300 em 31 de dezembro de 2017, por meio de integralização de capital), bem como com recursos de terceiros, previstos para ocorrer nos planos de negócio da Companhia.

Até a emissão destas demonstrações contábeis a Administração da Companhia continua em negociação com os credores para a obtenção de *waiver* pelo descumprimento de *covenants*, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 14.

Os planos da Administração visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso a Administração busca a contínua eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas. Além disso, os impactos da alta de inflação e juros, tanto nas despesas operacionais como na correção dos saldos das dívidas verificados em 2015 e 2016, se mostram menores acompanhando a tendência de redução dos níveis atuais de juros e inflação. A Companhia também prevê para os próximos períodos a entrada de recursos importantes oriundos da celebração de contratos de uso da faixa de domínio da rodovia por outras empresas, cujas negociações já estão em andamento.

2 Relação de entidade controlada

Segue abaixo a controlada da Companhia:

	País	Participação acionária %	
		31/03/2018	31/12/2017
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	Brasil	100%	100%

A sua controlada é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509 Jardim Americano, Lins - São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da sua controlada é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se nos km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a sua controlada assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.000, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013;
- Realização de investimentos na rodovia.

Para fazer frente a suas obrigações contratuais a sua controlada tem contado com o suporte dos acionistas, bem como com recursos de terceiros. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da sua controlada, tendo em vista que os seus negócios têm se comportado conforme esperado em projetos da mesma natureza.

3 Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias e principais políticas contábeis

Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária.

Estas demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações de notas explicativas que não tiveram alterações significativas ou aquelas que apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2017 não foram repetidas integralmente nestas demonstrações trimestrais. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia e sua controlada desde a publicação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, alguns passivos e ativos ao valor justo por meio do resultado e alguns instrumentos financeiros a valor realizável.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis intermediárias apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outras forma.

Na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não tiveram alterações relevantes na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias em relação às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia e sua controlada na adoção do CPC 48 -Instrumentos Financeiros e o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018., não identificaram impactos materiais que possam impactar de forma relevante as demonstrações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2018.

O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018, baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas informações contábeis intermediárias.

Uma avaliação mais detalhada do impacto esperado decorrente destas normas está resumida abaixo.

CPC 47 – Receitas de contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 - Receitas, CPC 17 - Contratos de Construção e o CPC 30 - Programas de Fidelidade com o Cliente.

Com base em sua avaliação, a Companhia e sua controlada não identificaram impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas (CPC 30 e CPC 17), em relação ao reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01, já reconhecidas hoje de forma desagregada.

CPC 48 – Instrumentos financeiros

Em 2014 foi emitida, pelo IASB, a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38 –Instrumentos Financeiros) e todas as versões anteriores da IFRS 9. A nova norma reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilidade de hedge (hedge accounting).

As principais alterações que do CPC 48 são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em três categorias (mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente, mensurados ao custo amortizado e mensurados ao valor justo por meio do resultado) dependendo da característica de cada instrumento e finalidade para quais foram adquiridos, podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente. Adicionalmente a norma traz um novo modelo de impairment para ativos financeiros sendo um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas”, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. As classificações de passivos financeiros permanecem os mesmos já previstos no CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, somente sendo incluído as regras relativas aos passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A Companhia e sua controlada avaliaram a aplicação dos novos requerimentos previstos na no CPC 39 e não identificou impactos relevantes.

4.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não aplicáveis para adoção

CPC 06 (R2) Arrendamentos

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03. Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. É efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá sua adoção por parte da Companhia e sua controlada.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação do CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia, que na data destas demonstrações financeiras são imateriais e, portanto, não divulgados em nota explicativa. Consequentemente, não se espera que a adoção do CPC 06 (R2) afete nossa capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, financiamentos e debêntures.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- ICPC 21 / IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

Com relação à IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019.

5 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Aplicações financeiras

Os valores justos de aplicações financeiras são baseados em informações de instituições financeiras, os quais são idênticos aos valores contábeis.

(ii) Empréstimos e recebíveis

O valor justo de empréstimos e recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros apurados na data de apresentação que se equipara ao valor contábil em função do curto prazo de recebimento.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Bancos conta movimento	137	1.381	7.005	2.719
Fundo de troco/numerários em trânsito	-	-	133	133
	137	1.381	7.138	2.852

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 17.

7 Aplicações financeiras - consolidado

	31/03/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras	65.422	66.616

Aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco Bradesco, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES e Debêntures, vide maiores detalhes nas Notas Explicativas nº 13 e 14.

A exposição da sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 23.

8 Contas a receber - consolidado

	31/03/2018	31/12/2017
Pedágio eletrônico	9.791	10.247
Visa - vale-pedágio	305	203
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	921	2.639
DBTrans S/A	146	137
Outras contas a receber	280	289
	11.443	13.515

Idade de vencimento dos títulos	31/03/2018	31/12/2017
Créditos a vencer até 30 dias	10.777	13.514
Créditos vencidos até 30 dias	665	-
Créditos vencidos à mais de 91 dias	1	1
	11.443	13.515

O contas a receber da sua controlada não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe ajuste para provisão para redução do valor recuperável.

9 Transações com partes relacionadas

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores do exercício em 31 de março de 2018 e 2017:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Diretores estatutários	11	11

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada submetem todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com as praticas de mercado em condições semelhantes as que seriam aplicadas entre partes não relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a. Contas patrimoniais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Ativo					
Outros créditos					
BRVias S.A.	(i)	-	-	955	864
Passivo					
<i>Serviços prestados</i>					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)			-	493
Splice Ind e Com de Serviços	(iii)	-	-	288	269
Total fornecedores (nota explicativa nº 15)		-	-	288	762
Dividendos a pagar					
Fundo de Investimento em Participações Volluto	(vi)	33	33	33	33
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletronica S.A.	(vi)	33	33	33	33
		66	66	66	66
Empréstimos e financiamentos (Mútuos) - (nota explicativaº 13)					
Patrimony Administradora de Bens S.A.	(viii)	4.944	4.866	4.944	4.872
Comport Participações S.A.	(viii)	15.712	15.463	15.712	15.765
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletronica S.A.	(viii)	20.640	20.315	20.640	20.353
		41.296	40.644	41.296	40.990
Adiantamento para futuro aumento de capital					
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletronica S.A.		37.250	35.100	37.250	35.100
Fundo de Investimento em Participações Volluto		35.650	32.200	35.650	32.200
		72.900	67.300	72.900	67.300

b. Transações que afetaram o resultado

		Valor da transação no resultado do exercício			
	Nota	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Serviços prestados					
Splice Ind e Com de Serviços	(iii)	-	-	(288)	(279)
BRVias S.A.	(v)	-	-	(795)	(750)
NoroestecomTelecomunicações S/A.	(vii)	-	-	(10)	(16)
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(iv)	-	-	-	(38)
Total		-	-	(1.093)	(1.083)

- (i) São serviços administrativos tais como publicação de balanço e outros que foram pagos pela Companhia;
- (ii) Serviços de transportes de pessoal;

- (iii) Execução de serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (iv) Serviços de consultoria administrativa;
- (v) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhado;
- (vi) Dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014;
- (vii) Outros serviços diversos;
- (viii) Refere-se a mútuos financeiros atualizados a 101% do CDI, com vencimento para 2018.

10 Investimentos – controladora

A sua controladora registrou um prejuízo de R\$ 1.973 no trimestre findo em 31 de março de 2018 (prejuízo de R\$ 2.255 em 2017).

A controlada não tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um sumário das demonstrações contábeis na sociedade controlada.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita	Custos e Despesas	Lucro líquido /Prejuízo
31 de março de 2018	100%	89.601	978.699	1.068.300	691.482	45.597	737.079	331.224	47.534	(49.507)	(1.973)
31 de dezembro de 2017	100%	86.389	984.143	1.070.532	693.038	46.900	739.938	330.596	205.441	(124.398)	44.845
31 de março de 2017	100%	40.517	962.300	1.002.817	702.974	48.649	751.623	251.194	46.649	(48.904)	(2.255)

11 Imobilizado – consolidado

Em milhares de Reais	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2017	4.235	4.887	1.856	2.002	12.980
Adições	140	181	68	18	407
Baixas	-	(3)	-	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.375	5.065	1.924	2.020	13.384
Adições	19	-	36	192	247
Baixas	-	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de março de 2018	4.394	5.065	1.958	2.212	13.629
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(2.261)	(2.262)	(842)	(580)	(5.945)
Depreciação no exercício	(608)	(370)	(188)	(690)	(1.856)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.869)	(2.632)	(1.030)	(1.270)	(7.801)
Depreciação no período	(151)	(96)	(48)	(181)	(476)
Saldo em 31 de março de 2018	(3.020)	(2.728)	(1.078)	(1.451)	(8.277)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2017	1.506	2.433	894	750	5.583
Em 31 de março de 2018	1.374	2.337	880	761	5.352

12 Intangível – Consolidado

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga(i)	Outros-concessão(ii)	Software	Total
Custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2017	35.206	454.444	8.054	413.597	150.847	3.275	1.065.423
Aquisições e construções	-	10.975	26	-	13.521	13	24.535
Baixas	(86)	-	-	-	(806)	-	(892)
Saldo em 31º de dezembro de 2017	35.120	465.419	8.080	413.597	163.562	3.288	1.089.066
Aquisições e construções	-	1.107	22	-	1.751	1	2.881
Saldo em 31 de março de 2018	35.120	466.526	8.102	413.597	165.313	3.289	1.091.947
Amortização acumulada							
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(8.973)	(32.641)	(1.788)	(55.934)	(10.891)	(1.021)	(111.248)
Amortização do exercício	(685)	(8.845)	(157)	(8.050)	(2.936)	(63)	(20.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(9.658)	(41.486)	(1.945)	(63.984)	(13.827)	(1.084)	(131.984)
Amortização do período	(272)	(3.601)	(62)	(3.199)	(1.265)	(26)	(8.425)
Saldo em 31 de março de 2018	(9.930)	(45.087)	(2.007)	(67.183)	(15.092)	(1.110)	(140.409)
Valor líquido contábil							
Em 31 de dezembro de 2017	25.462	423.933	6.135	349.613	149.735	2.204	957.082
Em 31 de março de 2018	25.190	421.439	6.095	346.414	150.221	2.179	951.538

- (i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a sua controlada registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstramos a seguir:

	2009
Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da sua controlada são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível, exceto veículos da operação, é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada “Custos dos serviços prestados”, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

Anualmente, ou a qualquer momento em que a Administração identifique algum risco no valor recuperável dos seus ativos, o cálculo do valor recuperável é avaliado com o objetivo de identificar possíveis riscos quanto à redução ao valor recuperável em relação à sua unidade geradora de caixa ("UGC"). Para o exercício findo em 31 de março de 2018 o tráfego de veículos equivalentes foi de 9.490 mil (em 31 de março de 2017 foi de 9.177 mil). O método para o cálculo do valor recuperável utilizado foi o fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras, sendo que a partir dessa avaliação a Administração não identificou necessidade de registro de redução ao valor recuperável.

13 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 23.

	Taxa de Juros a.a.	Indexador	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Finame-BNDES(i)	5,50%	-	2021	-	-	498	541
Finem-BNDES(ii)	2,41%	TJLP	2025	-	-	108.569	117.866
Finem-BNDES(ii)	2,41%	UMIPCA-M.	2025	-	-	54.378	59.034
CCB	5,00%	CDI	2017	-	-	-	-
CCB	5,80%	CDI	2020	-	-	24.789	27.545
	17,09% a						
Leasing	19,68%	-	2017-2022	-	-	695	844
Mútuo financeiro (nota explicativa nº 9)	11,20%	CDI	2018	41.296	40.644	41.296	40.644
Total (iii)				41.296	40.644	230.225	246.474
Parcela circulante				41.296	40.644	216.589	230.110
Parcela não circulante				-	-	13.636	16.364

Movimentação dos empréstimos e financiamentos consolidados:

Controladora

	31/03/2018	31/12/2017
Saldos iniciais	40.644	42.816
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Mútuos capitalizados	-	-
Mútuos pagos	-	(12.200)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	-	(12.200)
Outras variações		
Novas captações	-	6.000
Despesas de juros	652	4.028
Total de outras variações	652	10.028
Saldos finais	41.296	40.644

Consolidado

	31/03/2018	31/12/2017
Saldos iniciais	246.474	266.704
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(21.698)	(47.244)
Mútos capitalizados	-	-
Pagamentos de juros	-	(22.465)
Mútuos pagos	-	(12.200)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(21.698)	(81.909)
Outras variações		
Novas captações	-	34.854
Despesas de juros	5.449	26.825
Total de outras variações	5.449	61.679
Saldos finais	230.225	246.474

- i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens.
- ii) Em 14 de dezembro de 2011, a sua controlada firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais UMIPCA-M (Unidade Monetária IPCA), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Deste montante, até 31 de dezembro de 2017, foram liberados R\$274.246. Conforme cláusulas contratuais firmadas entre as partes, o saldo de R\$ 41.923 será liberado, concomitantemente ao cronograma de investimento do Contrato de Concessão, nas respectivas proporções de desembolso para cada subcrédito.

A amortização do principal dos subcréditos atrelados a TJLP será em 114 prestações mensais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2012 (Sub A), 15 de novembro de 2013 (Sub C e E), 15 de novembro de 2015 (Sub H e J). Já a amortização do principal dos subcréditos atrelados a UMIPCA-M será em 9 prestações anuais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2013 (Sub B) e em 15 de janeiro de 2015 (Sub D, F, I e K). O Subcrédito G será utilizado na implantação de projetos sociais nas populações lindeiras ao longo da rodovia, a amortização deste subcrédito se dará em 114 parcelas mensais, a serem iniciadas em 15 de novembro de 2015, ao custo de TJLP.

Garantias:

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária;
- Aval da Comporte Participações S.A e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A, até que sejam cumpridas certas obrigações contratuais.

As Garantias Reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª Emissão de Debêntures, na proporção do Saldo Devedor de cada Dívida.

O financiamento ainda conta com a Garantia no montante de R\$ 41.923 através de Fiança Bancária, que serão resgatadas quando da apresentação dos contratos de Garantia ao BNDES.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 2.809 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. Em 31 de dezembro de 2018 o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$ 1.225.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes (controlada):

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da companhia cujo valor, supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2016;
- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$ 20.000, com exceção as dívidas permitidas;
- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- Manter os seguintes índices financeiros:
- Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual a 20%;
- Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,2;
- Manter o índice “Dívida Líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5 (cinco) até dezembro de 2016, e igual ou menor do que 4 (quatro) a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses covenants financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para o período e exercício findos em junho e dezembro de cada ano, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a controlada atingiu o índice de Dívida líquida / EBITDA de 5,16 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 4, porém a Administração obteve anuência do BNDES para o descumprimento do covenant de Dívida líquida / EBITDA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Apesar disso, a dívida junto ao BNDES foi reclassificada para o curto prazo em função da não obtenção da anuência do debenturistas para o descumprimento de Covenants, até a data do fechamento das Demonstrações Financeiras, conforme detalhado na Nota Explicativa 1.

Em 31 de março de 2018 a controlada possuía R\$ 41.923 de linha de crédito aprovada junto ao BNDES e a liberar. A liberação ocorre mediante a comprovação dos investimentos previstos no cronograma de desembolsos apresentado ao BNDES.

Os empréstimos e financiamentos possuem, em 31 de março de 2018, taxa média ponderada de 7,92% a.a.

14. Debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais das debêntures com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 23.

Data da liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% ao ano)	Controladora		Consolidado	
					31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
15/07/2011	Única	60.000	15/07/2020	IGP-M + 12%	83.274	79.403	83.274	79.403
04/06/2012	Única	300.000	04/06/2027	IPCA + 7,75%	-	-	453.067	440.079
Total					83.274	79.403	536.341	519.482

Movimentação das debentures consolidadas:

	31/03/2018	31/12/2017
Saldos iniciais	519.482	506.916
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(3.901)	(1.634)
Pagamentos de juros	(214)	(31.035)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(4.115)	(32.669)
Outras variações		
Despesas de juros	20.974	45.235
Total de outras variações	20.974	45.235
Saldos finais	536.341	519.482

i) Controladora

A Companhia realizou em 15 de junho de 2011, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações em uma única série, no valor total de R\$ 60.000, cuja integralização ocorreu em 15 de julho de 2011.

Foram emitidas 60.000 debêntures que serão atualizadas a partir da data de emissão, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M") acrescido da taxa percentual de Juros Remuneratórios equivalentes a 12% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado.

Garantias

- 100% das ações preferenciais integrantes do capital social da controlada;
- Cessão fiduciária dos dividendos devidos pela sua controlada;
- Fiança oferecida pela Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.;
- Contrato de suporte financeiro pela Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. e Comporte Participações S.A.

Cláusulas restritivas

- Assunção de quaisquer dívidas sem a anuência dos titulares das Debêntures;
- Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio somente caso não haja nenhum inadimplemento financeiro ou obrigacional da Companhia após verificação do Debenturista;
- Descumprimento pela Companhia ou por sua controlada, de quaisquer obrigações e condições previstas em quaisquer outros contratos dos quais seja parte, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000, não sanado no prazo de 30 dias corridos ou que não estejam sendo contestadas de boa-fé.

Tendo em vista o descumprimento da controlada conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18 (ii) e 17, em 31 de dezembro de 2017, referente as obrigações e condições previstas no contrato, o montante R\$ 79.403 foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração já iniciou as negociações junto ao credor, porém até a emissão destas demonstrações contábeis intermediárias não obteve sucesso na obtenção de *waiver* junto ao credor.

ii) Controlada

Em 04 de junho de 2012, a sua controlada realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 300.000. Foram emitidas 300 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2018 e último vencimento em 04 de junho de 2027. As Debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 7,75% ao ano.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagáveis a cada período de 12 (doze) meses contados da data de emissão, iniciando em 04 de junho de 2013 até 04 de junho de 2027.

Garantias

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária;
- Fiança da Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. e BRVias Holding VRD S.A., e a partir de 20 de junho de 2013, da BRVias Holding TBR S/A.

As Garantias Reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª Emissão de Debêntures, na proporção do Saldo Devedor de cada Dívida.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes (aplicáveis à controlada):

- Manter os seguintes índices financeiros:
- Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,3;
- Manter o índice “Dívida Líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5,1 até dezembro de 2016, igual ou menor do que 4,5 até dezembro de 2016, e igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2017, igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
- Manter o índice “Dívida Líquida / Patrimônio Líquido” anualizado igual ou menor do que 4,0 até dezembro de 2016, igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2016, e igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
- Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual a 20%;
- Manter o índice “EBITDA/Despesas Financeira” anualizado igual ou maior do que 1,5 até dezembro de 2016, igual ou maior do que 2,0 até dezembro de 2017 e igual ou maior do que 2,5 a partir de janeiro de 2018 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para exercícios findos em dezembro de cada ano, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia atingiu o índice de ICSD de 0,72 ao passo que a cláusula contratual define que seja superior a 1,3; e a Companhia atingiu os índices de Dívida Líquida / EBITDA de 5,16 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 3,5, e como consequência, o montante de R\$ 408.913, foi reclassificado do passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Administração já iniciou as negociações junto ao credor, porém até a emissão destas demonstrações contábeis a Administração não obteve sucesso na obtenção de waiver junto ao credor. A Companhia acredita que a anuência do credor para o descumprimento de *covenants* será obtido com data posterior à estas demonstrações contábeis, uma vez que já está em tramitação interna junto aos comitês de aprovação do debenturista.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 2.214 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de março de 2018 é de R\$ 1.370.

15. Fornecedores- Consolidado

	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores diversos	20.280	21.215
Medições a pagar	3.284	1.575
Retenções (i)	15.774	16.283
Total	39.338	39.073

- (i) A sua controlada adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a sua controlada é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

	31/03/2018	31/12/2017
A Vencer		
De 1 a 30 dias	2.769	7.442
De 31 a 60 dias	459	908
De 61 a 90 dias	129	479
De 91 a 180 dias	21	2
De 181 a 360 dias	2	1
	3.380	8.832
Vencidas:		
Até 30 dias	4.726	3.965
De 31 a 60 dias	3.509	2.607
De 61 a 90 dias	2.767	1.979
De 91 a 180 dias	3.150	2.388
De 181 a 360 dias	1.604	346
A mais de 360 dias	1.144	1.098
	16.900	12.383
	20.280	21.215

16. Provisão para manutenção- Contrato de concessão (Consolidado)

A sua controlada constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A sua controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado abaixo:

	31/03/2018	31/12/2017
Passivo circulante	15.406	16.075
Passivo não circulante	30.830	29.418
Total	46.236	45.493

Movimentação da provisão para manutenção

Em 1º de janeiro de 2017	52.788
Realização por consumo	(2.802)
Adições	4.008
Em 31 de março de 2017	53.994
Realização por consumo	(23.769)
Adições	15.268
Em 31 de dezembro de 2017	45.493
Realização por consumo	(2.967)
Adições	3.710
Em 31 de março de 2018	46.236

17. Ativos e passivos fiscais diferidos

A sua controlada em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	31/03/2018	31/12/2017
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	33.081	32.516
Provisão para manutenção	15.720	15.468
Outras provisões temporárias	64	380
	48.865	48.364
Passivo		
Custos dos empréstimos	(1.168)	(1.333)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1) / IFRIC 12	(27.411)	(27.075)
	(28.579)	(28.408)
	20.286	19.956

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos - consolidado

	Saldo em 31 de março de 2018	Saldo em 31 de dezembro de 2017	31/03/2018	31/03/2017
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa	33.081	32.516	565	205
Provisão para manutenção	15.720	15.468	252	410
Outras provisões temporárias	64	380	(316)	(1.405)
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	-	-	-	790
	48.865	48.364	501	-
Passivo				
Custos dos empréstimos	(1.168)	(1.333)	165	-
Intangíveis – Efeito temporário	(27.411)	(27.075)	(336)	330
	(28.579)	(28.408)	(171)	330
Imposto diferido ativo	20.286	19.956	330	330

(*) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos em sua totalidade com relação a estes itens por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro.

a. Créditos tributários

Companhia

Em 31 de março de 2018, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

	31/03/2018	31/12/2017
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	82.770	82.440

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não foram contabilizados, na Companhia, devido a falta de premissas convincentes para cálculo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia considera evidência convincente o primeiro exercício social que apresentar lucro tributável, aliado ao histórico de confiabilidade das projeções de recuperação do ativo fiscal diferido.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Controlada

Em 31 de março de 2018, a sua controlada possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	97.297	96.687

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

A Companhia, baseada em projeções de lucros tributários futuros, prever que a utilização desses se dará até o exercício de 2023.

b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Reconciliação da despesa de IR e CS Descrição	Controladora	
	31/03/2018	31/03/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(10.752)	(7.388)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Crédito de impostos a alíquota nominal	(3.656)	(2.512)
Equivalência patrimonial	(671)	(767)
(+) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	4.326	(1.745)
(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado	0	0
Alíquota efetiva	0%	0%

Reconciliação da despesa de IR e CS Descrição	Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(10.861)	(7.718)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	3.693	2.624
(-) Adições permanentes	(339)	(3)
(+) Exclusão permanente	1.055	-
(-) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	(2.767)	(1.745)
(-) Compensação de 30% de prejuízo fiscal e base negativa		(546)
(+/-) Outros créditos não reconhecidos	(1.312)	-
Imposto de renda diferido	330	330
Imposto de renda e contribuição social correntes	(221)	-
	(1)%	(4)%

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

18. Provisão para contingências – Consolidado

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de março de 2018, está provisionado o montante de R\$ 1.131 (R\$ 1.118 em 2017), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2017	742	376	1.118
Provisão / (reversão de provisão)	49	(36)	13
Saldo final	791	340	1.131

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada são partes de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a administração da Companhia e de sua controlada, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 4.414 em 31 de março de 2018 (R\$ 3.517 em 2017). A Companhia e sua controlada possuem seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 33.300 (nota explicativa nº 24) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia e sua controlada são responsáveis solidárias.

Descrição	31/03/2018		31/12/2017	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	22	930	31	1.535
Trabalhistas	53	3.484	38	1.982
Total	75	4.414	69	3.517

19. Patrimônio líquido - Controladora

Capital social

Em 31 de março de 2018 o capital social da Companhia era composto de R\$ 347.470 (R\$ 237.470 em 2017), sendo 237.470 já integralizados e R\$ 110.00 a integralizar e está representado por 347.469.536 de ações (mesma quantidade em 2017), sendo 173.734.768 de ações ordinárias (mesma quantidade em 2017) e 173.734.768 de ações preferenciais (mesma quantidade em 2017).

A composição acionária em 31 de março de 2018, é apresentada abaixo:

Descrição		%
Fundo de Investimento em Participações Volluto	173.846.668	50,10
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	173.622.868	49,90
	347.469.536	100,0

Reserva de capital

Constituída no ganho de capital na controlada, decorrente da aplicação dos novos Pronunciamentos contábeis - CPCs em 2010.

20. Receita operacional líquida – consolidado

Abaixo a composição da receita operacional líquida:

	31/03/2018	31/03/2017
Receita de pedágios	48.642	45.606
Receitas acessórias	79	85
Receita de construção	2.879	4.691
Outras receitas	-	8
Tributos incidentes	(4.066)	(3.741)
	47.534	46.649

21. Gastos por natureza

A seguir, a composição das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Serviços de terceiros	(134)	(139)	(6.429)	(7.133)
Custo com pessoal	-	-	(5.242)	(5.568)
Amortização e depreciação	-	-	(8.901)	(5.363)
Provisão para manutenção	-	-	(3.671)	(4.008)
Custo de contrato concessão	-	-	(2.727)	(2.961)
Outros	(2)	(5)	(1.212)	(1.339)
Total - Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas e gerais	(136)	(144)	(28.182)	(26.372)
Custo dos serviços prestados	-	-	(25.060)	(24.207)
Despesas administrativas e gerais (i)	(136)	(144)	(3.122)	(2.165)
Custo de construção	-	-	(2.879)	(4.691)

(i) As despesas administrativas são compostas somente com despesas com pessoal.

22. Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de março de 2018 e 2017 foram:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	778	355
Outros	-	-	-	-
Total receitas financeiras	-	-	778	355
Juros sobre financiamentos	(8.643)	(4.989)	(25.802)	(22.878)
Outros	-	-	(2.310)	(781)
Total despesas financeiras	(8.643)	(4.989)	(28.112)	(23.659)
Resultado financeiro líquido	(8.643)	(4.989)	(27.334)	(23.304)

23. Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Controladora

31 de março de 2018	Nota	Valor contábil				Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	137	-	137	137	-	-	137
Dividendos a receber e outros créditos		-	32	-	32	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	41.296	41.296	-	41.296	-	41.296
Debêntures	14	-	-	83.274	83.274	-	83.274	-	83.274
Dividendos e contas a pagar		-	-	1.003	1.003	-	-	-	-

31 de dezembro de 2017	Nota	Valor contábil				Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	1.381	-	1.381	1.381	-	-	1.381
Dividendos a receber e outros créditos		-	32	-	32	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	40.644	40.644	-	40.644	-	40.644
Debêntures	14	-	-	79.403	79.043	-	79.043	-	79.043
Dividendos e contas a pagar		-	-	991	991	-	-	-	-

Consolidado

31 de março de 2018	Nota	Valor contábil				Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	7.138	-	7.138	-	7.138	-	7.138
Aplicação financeira	7	65.422	-	-	65.422	-	65.422	-	65.422
Contas a receber de clientes	8	-	11.163	-	11.163	-	-	-	-
Outros créditos		-	4.834	-	4.834	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	216.589	216.589	-	216.589	-	216.589
Debêntures	14	-	-	536.341	536.341	-	536.341	-	536.341
Fornecedores	15	-	-	39.338	39.338	-	-	-	-
Dividendos e contas a pagar		-	-	277	277	-	-	-	-

31 de dezembro de 2017	Nota	Valor contábil				Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	2.852	-	2.852	-	2.852	-	2.852
Aplicação financeira	7	66.616	-	-	66.616	-	66.616	-	66.616
Contas a receber de clientes	8	-	13.226	-	13.515	-	-	-	-
Outros créditos		-	4.819	-	4.819	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	230.110	230.110	-	230.110	-	230.110
Debêntures	14	-	-	519.482	519.482	-	519.482	-	519.482
Fornecedores	15	-	-	39.073	39.073	-	-	-	-
Dividendos e contas a pagar		-	-	1.141	1.141	-	-	-	-

b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2018.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada apresentam exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e sua controlada, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e sua controlada.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e sua controlada adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua controlada é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Cronograma de amortização da dívida - Consolidado

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados:

Consolidado

Em 31/03/2018	Contábil	Fluxo contratual	2017	2018	Acima de 2019
Empréstimos e financiamentos	216.589	273.061	77.050	53.606	142.405
Debêntures	536.341	786.929	74.689	83.501	628.739
Fornecedores	39.338	39.338	39.338	-	-
Dividendos e contas a pagar	66	66	66	-	-
	792.334	1.099.394	191.143	137.107	771.144
Em 31/12/2017					
Empréstimos e financiamentos	230.110	293.810	53.603	53.603	141.713
Debêntures	519.482	777.828	75.871	82.671	619.286
Fornecedores	39.073	39.073	39.073	-	-
Dividendos e contas a pagar	66	66	66	-	-
	788.731	1.110.777	168.613	136.274	760.999

(*) o cronograma da dívida foi divulgado levando em consideração a não quebra de *covenants* conforme notas explicativas nº 13 e 14.

(iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia e sua controlada não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de março de 2018 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia e sua controlada não tem ações negociadas em mercado.

Exposição a riscos de taxas de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e sua controlada virem a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, CDI – Certificado de Depósito Interbancário, TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia e sua controlada eram:

		Valor contábil	
		31/03/2018	31/12/2017
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Empréstimos e financiamentos		1.193	1.385

	Risco	Valor contábil	
		31/03/2018	31/12/2017
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	CDI	66.085	82.113
Empréstimos e financiamentos	TJLP	108.569	119.494
Empréstimos e financiamentos	UMIPCA-M	54.378	59.850
Debêntures – Controlada	IPCA	453.067	428.080
Debêntures – Controladora	IGP-M	83.274	79.403

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e sua controlada e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M, principal exposição de risco de mercado da Companhia e sua controlada.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros as estas variáveis são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia e sua controlada selecionaram os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e sua controlada apresentam na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia e sua controlada.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa de juros IPCA, CDI, TJLP e o IGP-M de acordo com as projeções obtidas no BACEN - Banco Central - Relatório FOCUS, CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e FGV - Fundação Getúlio Vargas em 31 de dezembro de 2016.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA, CDI, TJLP e IGP-M foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da IPCA, CDI, TJLP e IGP-M é apresentada na tabela abaixo:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Apreciação das taxas

				Cenários			
				Provável	Aumento do índice em 25%	Aumento do índice em 50%	
Instrumentos	Exposição 2018	Risco	Valor	Valor	Valor	Valor	
Empréstimos e financiamentos	108.569	Aumento TJLP	7,00% (7.600)	8,75% (9.500)	10,50% (11.400)		
Empréstimos e financiamentos	54.378	Aumento UMIPCA	1,90% (1.033)	2,38% (1.291)	2,85% (1.550)		
Capital de giro	66.085	Aumento CDI	10,25% (6.774)	12,81% (8.467)	15,38% (10.161)		
Debêntures Controlada	453.067	Aumento IPCA	3,60% (16.310)	4,50% (20.388)	5,40% (24.466)		
Debêntures Controladora	83.274	Aumento IPCA	2,75% (2.290)	3,44% (2.863)	4,13% (3.435)		
Total dos passivos financeiros	765.373		(34.007)	(42.509)	(51.011)		
Impacto no resultado do período apresentado					(8.502)	(17.004)	

				Cenários			
				Provável	Redução do índice em 25%	Redução do índice em 50%	
Instrumentos	Exposição 2018	Risco	Valor	Valor	Valor	Valor	
Empréstimos e financiamentos	108.569	Aumento TJLP	7,00% 7.600	5,25% 5.700	3,50% 3.800		
Empréstimos e financiamentos	54.378	Aumento UMIPCA	1,90% 1.033	1,43% 775	0,95% 517		
Capital de giro	66.085	Aumento CDI	10,25% 6.774	7,69% 5.080	5,13% 3.387		
Debêntures Controlada	453.067	Aumento IPCA	3,60% 16.310	2,70% 12.233	1,80% 8.155		
Debêntures Controladora	83.274	Aumento IPCA	2,75% 2.290	2,06% 1.718	1,38% 1.145		
Total dos passivos financeiros	765.373		34.007	25.505	17.004		
Impacto no resultado do período apresentado					8.502	17.004	

A Companhia e sua controlada não apresentam quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais nas demonstrações contábeis em 31 de março de 2018.

(iv) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico - financeiro.

(v) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia e sua controlada somente realizam operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia e sua controlada administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

24. Cobertura de seguros - Consolidado

A sua controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da sua controlada, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Mai/2017 a Mai/2018	78.133
Garantia ampliação	Mai/2017 a Mai/2018	127.094
Operacionais	Mai/2017 a Mai/2018	1.702.605
Responsabilidade Civil	Mai/2017 a Mai/2018	33.300
Engenharia	Mai/2017 a Mai/2018	18.000
Engenharia – Obra Bauru	Mai/2017 a Mai/2018	53.500

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra Terceiros (Danos Materiais, Corporais e Morais).

25. Benefícios a empregados - Consolidado

A Companhia e sua controlada mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da sua controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

26. Aspectos ambientais - Consolidado

A sua controlada considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A sua controlada diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A sua controlada acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

27. Risco regulatório - Consolidado

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na nota explicativa nº 24.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e as penalidades cabíveis, caso não esteja atendendo as obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas demonstrações contábeis.

28. Compromissos vinculados a contrato de concessão - consolidado

Decorrente da verba de fiscalização

A sua controlada assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária, portanto em 27 de julho de 2013 foi publicado no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013 conforme descrito na nota explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Esse montante a realizar em 31 de março de 2018 totaliza R\$ 793.919, valor nominal. A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos e consequentemente cumprir as metas contratuais. Em decorrência principalmente da desaceleração do crescimento da econômica brasileira, houve uma postergação no plano de investimentos inicialmente acordados junto ao poder concedente, de qualquer forma a administração da Companhia acredita que os prazos finais dos investimentos acordados junto ao poder concedente, serão atendidos.

29. Demonstrações de fluxo de caixa - Consolidado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2 / IAS 7. Durante o período findos em 31 de março de 2018 a Companhia adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 2.880, dos quais R\$ 521 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado - fornecedores, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros

30. Outros assuntos

Em 01 de julho de 2016, foi cumprido na sede da controlada o Mandado de Busca e Apreensão, expedido pelo Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de obter evidências para investigação de diversos financiamentos concedidos pelo FI-FGTS, tendo sido pela controlada disponibilizadas todas informações solicitadas.

A controlada contratou especialistas externos para conduzir investigação interna independente, sobre o tema supracitado, compreendendo o período de março de 2011 à maio de 2012. A investigação não identificou riscos legais atribuíveis à controlada com relação aos fatos da investigação.

Até o momento, não houve qualquer desdobramento desta ação, sendo que a Companhia e sua controlada nunca figuraram como parte investigada em qualquer procedimento. A Companhia e sua controlada continuam à disposição das autoridades legais para prestar esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

* * *

Diretoria

Maria Zélia Rodrigues de Souza França - Diretora

Ricardo de Souza Adenes - Diretor

Conselheiros

Antônio Roberto Beldi

Paulo Sergio Coelho

João Paulo Barros Beldi

Ricardo Constantino.

Contador

Marcelo Carlos Biancolini

Contador - CRC/SP nº 1SP236252/O-0

